



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681346 - SP (2021/0226184-1)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : PEDRO QUEIROZ MARCONDES MACHADO
ADVOGADO : PEDRO QUEIROZ MARCONDES MACHADO - SP297527
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : JANAINA BASTOS SOSA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JANAINA BASTOS SOSA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2140167-04.2021.8.26.0000).

A paciente foi condenada às penas de 3 anos e 4 meses de reclusão no regime inicial semiaberto e de 333 dias-multa, pela prática do crime de tráfico de drogas (art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/2006). A execução da pena ainda não foi iniciada porque a paciente encontra-se foragida.

Neste *writ*, o impetrante sustenta que o crescimento acelerado da pandemia da Covid-19 justificaria a concessão de saída antecipada ou prisão domiciliar humanitária à paciente, a fim de diminuir as consequências advindas do contágio do vírus.

Discorre sobre os riscos de infecção no cárcere e argumenta que a apenada encontra-se em grave situação de risco, visto que o estabelecimento prisional não oferece condições sanitárias adequadas, preenchendo os requisitos para ser beneficiada com a prisão domiciliar, nos termos da Recomendação CNJ n. 62/2020.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem constitucional para que seja deferida a progressão antecipada ao regime aberto ou a prisão domiciliar humanitária à paciente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível apenas em hipóteses de patente ilegalidade, demonstrada de plano.

No que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, a parte impetrante não demonstrou a flagrante ilegalidade do *decisum* que manteve o indeferimento da prisão domiciliar à paciente, principalmente porque o relator na origem expôs o seguinte (fls. 17-18):

Embora a condenação tenha transitado em julgado aos 12/11/2020 (fls. 25/26), ainda não foi cumprido o mandado de prisão expedido, motivo pelo qual a MMA. Juíza “a quo” deixou de determinar a expedição de guia de recolhimento definitiva, o que inviabiliza a formulação de pedidos em sede de execução penal.

[...]

Desta forma, tratando-se de ré solta, indispensável o cumprimento do mandado de prisão para o início da execução penal, e, só então, expedida a guia de recolhimento definitiva, os pedidos de concessão de benefícios prisionais poderão ser formulados e analisados perante a autoridade competente, qual seja, o Juízo das Execuções, sob pena de supressão de um grau de jurisdição.

Não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência